

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado



Desigualdade de gênero afeta Judiciário

No dia 15 de setembro, a 33ª edição do encontro Pauta Feminina reuniu mulheres do âmbito da Justiça para um debate de alto nível em torno do tema “Toga Justa: o exercício profissional do Direito como fator de empoderamento feminino”.

Com mediação da deputada federal Érika Kokay (PT-DF), a audiência pública contou com a participação de Vera Lúcia Santana Araújo, advogada e consultora jurídica; Deborah Duprat, procuradora federal dos Direitos do Cidadão; Daniele Osório, defensora pública federal; Theresa Karina de Figueiredo, juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT); Delaíde Arantes, ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST); e Ela Wiecko, vice-procuradora-geral da República.

A ministra Delaíde Arantes levantou a presença feminina nos tribunais superiores. Segundo ela, duas mulheres e oito homens compõem o Supremo Tribunal Federal (STF), presidido desde setembro pela ministra Cármen Lúcia; cinco mulheres e 28 homens estão no Superior Tribunal de Justiça (STJ), presidido pela ministra Laurita Vaz; uma mulher e 13 homens fazem parte do Superior Tribunal Militar (STM), que já foi presidido pela ministra Maria Elizabeth Rocha; e três mulheres e 13 homens perfazem o total do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No TST, há seis mulheres e 21 homens, mas nunca houve uma presidente. Nos 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRT), 18 (85%) têm mulheres em cargos de direção, sendo que 10 são presididos por mulheres, muitas vezes por antiguidade; no TST, 43 (41,4%) dos 104 cargos de chefia são ocupados por mulheres.

A defensora pública federal Daniele Osório assinalou a diferença entre a presença das mulheres nas defensorias dos estados, quase equivalente à masculina, e na União, onde são apenas 30%. Para Daniele, a ausência feminina implica que “o sistema de justiça não está pronto, pois não tem condição de acolher as mulheres e olhar de forma diferenciada os problemas de suas usuárias”.



Deputada Érika Kokay (PT-DF) fez a mediação do debate com as juristas

A lotação inicial em estados longínquos e a pressão social sobre as mulheres para cuidar da família (os ascendentes e os descendentes) e não romper vínculos (inclusive o do casamento) estão entre as variáveis que pesam para as defensoras estarem em menor número na carreira federal.

Esse mecanismo também opera no Ministério Público Federal (MPF) e magistratura. “Uma estrutura familiar em que a mulher é juíza e o marido a acompanha, não é uma estrutura consolidada”, disse a juíza Theresa

“O sistema de Justiça não está pronto, pois não tem condição de acolher as mulheres e olhar de forma diferenciada os problemas de suas usuárias.”

Karina de Figueiredo. Segundo ela, “estatísticas comprovam que o índice de natalidade no Ministério Público e na magistratura é menor”.

Contratos excludentes

A advogada Vera Lúcia Araújo e a vice-procuradora Deborah Duprat assinalaram aspectos práticos e teóricos da falta de pluralidade de raça, gênero e orientação sexual no paradigma dominante do Direito, fundado em “contrato social” contemporâneo do colonialis-

mo e da escravidão, e também num “contrato sexual”. “Como advogada negra que sou, eu desconheço o exercício do poder – minha toga é para lá de justa”, disse Vera.

A vice-procuradora da República Ela Wiecko destacou a importância de cláusula da Recomendação Geral 33 sobre o acesso da mulher à Justiça, derivada da Convenção de Eliminação de Todas as Discriminações Contra a Mulher. O dispositivo cobra medidas para superar os obstáculos encontrados pela mulher no acesso à Justiça, cabendo ao Legislativo elaborar projetos de lei nessa direção.

O debate recebeu dezenas de participações pelo e-Cidadania e foi prestigiado por especialistas como Ana Lieser Toler, primeira bancária concursada do Banco do Brasil, que precisou lutar em juízo para tomar posse, mesmo tendo sido aprovada em primeiro lugar; Simone Florindo Costa, da Comissão Luiz Gama de Direitos Humanos; Ilka Teodoro, da Associação das Advogadas para a Igualdade de Gênero; Luiza de Marillac, promotora; Aldo Arantes, deputado constituinte; e João Pedro de Sabóia Bandeira Filho, subprocurador da República, entre muitas lideranças no auditório lotado.

Veja a íntegra:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2016/09/15/67713>



Observatório da Mulher realiza debate sobre violência

O órgão do Senado responsável por armazenar dados sobre violência contra a mulher reuniu especialistas participantes do 10º Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que acontecia na Universidade de Brasília (UnB) na mesma semana. No encontro, dia 20 de setembro, os palestrantes divulgaram pesquisas e medidas de combate à violência contra a mulher.

Pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Marina Pinheiro apresentou dados da pesquisa “Estupro no Brasil”, elaborada pelo Datafolha e encomendada pelo FBSP. 85% das mulheres ouvidas têm medo de ser vítimas de algum tipo de agressão sexual, e mais da metade acredita que as polícias militar e civil não estão preparadas para atender mulheres vítimas de violência.

Para Olaya Hanashiro, coordenadora de projetos do FBSP, “a população não confia no atendimento das instituições policiais. Uma das coisas que afastam a mulher é a falta de adequação do equipamento público. O sistema não sabe recebê-la adequadamente e ela acaba sendo ‘revitimizada”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

O debate de especialistas identificou dificuldades no combate à violência contra a mulher

Função

Fiona Macaulay, professora da Universidade de Bradford, na Inglaterra, especializada em questões de gênero, afirmou que “a questão de como os homens experimentam a violência tem que entrar em toda política de prevenção. A violência tem uma função social para o homem. Ele precisa dela para sobreviver entre outros homens. É uma questão de *status* e identidade”, assinalou.

Também participaram do debate que foi mediado por Henrique Marques Ribeiro, do

Observatório da Mulher Contra a Violência, o coordenador do Instituto DataSenado, Marcos Ruben, e a gerente do Instituto Avon, Daniela Grelin.

O Observatório da Mulher Contra a Violência é coordenado por Roberta Viegas e foi criado por meio do Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 64/2015, de autoria da senadora Simone Tebet (PMDB-MS), em março deste ano.

Conheça a página do Observatório:
<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv>

Senado oferece curso de Defesa Pessoal para mulheres

A dinâmica apresentada pela polícia legislativa foi muito bem recebida pela comunidade feminina da Casa, na 5ª edição do curso, que teve início no dia 28 de setembro.

A parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) transmite dicas técnicas para a mulher se proteger da violência urbana, adotar atitudes cotidianas preventivas de situações de risco e ainda ter segurança e capacidade de responder a ataques de violência doméstica. Na aula inaugural, os instrutores situaram a violência contra a mulher como um problema que vai além da imposição da força física. Para o policial legislativo Flávio Ferreira, que criou o curso em 2013, “muitas vezes, numa situação de violência doméstica, a mulher fica mais sensibilizada pela condição psicológica imposta pelo agressor”.

Maria Terezinha Nunes, gestora do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal, apresentou exemplos de agressões sofridas pelas mulheres, potencializadas pelo sistema patriarcal e misógino da sociedade e, muitas vezes, naturalizadas pela cultura da violência que culpa a vítima pela violação sofrida.



Marina Braúna/Agência Senado

Na aula inaugural do curso, a coordenadora Maria José relatou casos de violência no Senado

Violência institucional

A gestora também alertou para a violência institucional eventualmente cometida por órgãos da rede de atendimento às mulheres em situação de violência quando não ajudam as usuárias que buscam o serviço. “Se é um assalto, roubo ou homicídio, não se questiona, investiga-se. Mas quando se trata de violência contra a mulher, sempre duvidam”, criticou.

A policial legislativa Isabela Lisboa destacou a atuação da delegacia do Senado no combate aos constrangimentos dirigidos às mulheres, inclusive nas situações de violência psicológica, institucional e doméstica. Segundo Isabela, as mulheres estão mais encorajadas para denunciar.

“Elas procuram a mim e à Livia, outra policial legislativa, dizendo que só querem conversar. E há também dúvidas em casos envolvendo violência entre mulheres homossexuais, mas esclarecemos que a Lei Maria da Penha também é aplicada nessas situações”, diz Isabela, que ressalta a importância da lei brasileira e seu alcance.

Coordenado por Maria José Bezerra, o curso terá oito aulas de duas horas durante as próximas cinco semanas, até o dia 26/10, e conta com quatro turmas de 12 alunas.

Os instrutores são os policiais legislativos Flávio Ferreira, Francisco Mancini e Fernando Gomes, o servidor João Rios, faixa preta de caratê, com apoio da policial legislativa Aline Sayuri Moritsugu.



CÂNCER DE MAMA

Vamos falar sobre isso?

OLHE, SINTA E PERCEBA SUAS MAMAS NO DIA A DIA

A descoberta do câncer de mama no início aumenta as chances de tratamento e cura. Fique atenta. Em caso de alterações suspeitas na mama, procure o serviço de saúde. A mamografia de rotina é recomendada apenas para mulheres de 50 a 69 anos, a cada dois anos.



CALENÁRIO DO OUTUBRO ROSA 2016

DATA	HORA	COMPROMISSO	LOCAL	
4	Terça-feira	18h	Iluminação dos prédios do Congresso Nacional e do Ministério da Saúde, na cor rosa	Rampa do Congresso Nacional e Esplanada dos Ministérios
			Apresentação do Coral do Senado	Salão Negro do Congresso Nacional
			Lançamento do Livro <i>George Nicholas Papanicolau - O legado - The Legacy</i> - Autores: Gibran A. G. Daher e Rana S. Hoda	
			Lançamento da Exposição Fotográfica <i>Viva Vida</i> , da Recomeçar - Entidade de Mulheres Mastectomizadas de Brasília (de 28/9 até 14/10)	Espaço Galeria do Senado
7	Sexta-feira	19h30	Poderes da Arte: 3 curtas - <i>Gramatika</i> de Paloma Rocha; <i>Dona Custódia</i> , de Adriana Andrade; e <i>O Chiclete e a Rosa</i> , de Dácia Ibiapina.	Praça dos Três Poderes
		21h30	Poderes da Arte - Programação Musical com: Marlene Sousa Lima; Quarteto Musical; Mama Rosetta; Olívia & Os Brutos; Ju Cardoso; e Joelho de Frango.	
10 a 14	Segunda-feira a Sexta-feira	9h	Exposição de pintura em tela <i>Cores de um Outubro Rosa</i> , de autoria de alunos da Escola de Artes da UnB	Espaço Mário Covas da Câmara dos Deputados
17	Segunda-feira	10h	Oficina Saúde da Mulher: Autonomia no Corpo e na Vida	Serviço de Transportes do Senado - SETRAN
		10h	Exposição Fotográfica <i>Viva Vida</i> , da Recomeçar - Entidade de Mulheres Mastectomizadas de Brasília (de 17/10 até 31/10)	Venâncio Shopping - Praça de Alimentação
19	Quarta-feira	9h	Audiência Pública sobre a Lei dos 60 Dias e a Lei da Reconstrução Mamária	Ala Senador Alexandre Costa - Plenário 9 - Comissão de Assuntos Sociais do Senado
20	Quinta-feira	10h	Pauta feminina: <i>Câncer de mama: acessibilidade dos exames preventivos para mulheres com deficiência</i>	Ala Senador Alexandre Costa - Plenário 9 - Senado
21	Sexta-feira	10h	Oficina Saúde da Mulher: <i>Autonomia no Corpo e na Vida</i> .	Auditório do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB - Sala 2 - Senado (inscrições pela página da Promul na Internet)
23	Domingo	8h	Caminhada no Parque de Águas Claras	Parque Águas Claras
25	Terça-feira	14h30	Audiência Pública com o tema <i>Principais tipos de câncer incidentes nas mulheres</i>	Plenário 13 das Comissões da Câmara dos Deputados



Oenfrentamento de um câncer é um momento muito delicado na vida de qualquer pessoa. Passar por esse processo da melhor maneira possível exige o suporte e o cuidado de profissionais

preparados, que possuam um olhar que transcenda a doença e foquem o ser humano de forma holística. Em mulheres com câncer de mama, este olhar se torna ainda mais importante, tendo em vista todas as implicações que a doença pode trazer, desde o choque diante do diagnóstico e tratamento ao medo da perda dos símbolos femininos – mama, cabelo, libido e fertilidade.

A complexidade do tema é ainda maior quando se constata que pesam sobre a mulher inúmeros papéis, como mãe, esposa, trabalhadora, chefe de família e cidadã. No contexto de adoecimento, são muitos os obstáculos no desempenho dos seus papéis. Por isso, o suporte de uma equipe de saúde multidisciplinar e a inclusão da família neste processo deverão ser sempre oferecidos.

Tendo em vista todas essas questões e considerando que o câncer de mama é o tipo mais comum entre as mulheres do Brasil e do mundo, na década de 1990 criou-se o movimento Outubro Rosa nos Estados Unidos. Atualmente ele é comemorado em diversos países, inclusive no Brasil. O movimento tem

como objetivo estimular a participação da população no controle do câncer de mama, através da disseminação de informações sobre o tema e a conscientização sobre a importância da detecção precoce da doença.

“No contexto de adoecimento, são muitos os obstáculos no desempenho dos inúmeros papéis da mulher.”

Além do rastreamento através da mamografia, é importante que as mulheres fiquem atentas a qualquer alteração suspeita na mama. Sendo assim, é essencial que nós, mulheres, conheçamos nosso próprio corpo.

Natália de Melo Manzi
Enfermeira Oncologista
Mestre em Enfermagem, com ênfase em Oncologia, pela Universidade de Brasília

 **Artigo**

Lições de cuidado a partir da autoestima

Associação entre a figura da mulher e a noção de cuidado para com os outros é amplamente disseminada em nossa cultura, seja na figura da esposa, da mãe, da babá ou da empregada doméstica. A despeito dos possíveis benefícios decorrentes dessa ênfase em uma dita “virtuosidade feminina”, fundamentada no cuidado, ela não deixa de ser um reflexo da desigualdade entre os papéis de gênero.

Tem pesado sobre as mulheres o cuidado dos filhos e filhas, assim como dos ascendentes e das pessoas da família que envelhecem ou adoecem. A desresponsabilização masculina em relação a esses papéis é objeto da crítica feminista. Outra decorrência, muito importante, é que as mulheres dispõem cuidados a outras pessoas, mas não a si mesmas.

Na contramão dessa concepção, as campanhas direcionadas à saúde da mulher vêm enfatizar a necessidade do au-

tocuidado e do autoconhecimento para a prevenção de doenças e manutenção da saúde.

“As campanhas direcionadas à saúde da mulher vêm enfatizar a necessidade do autocuidado e do autoconhecimento para a prevenção de doenças e manutenção da saúde.”

Segundo dados do RASEAM 2014*, o câncer de mama é o segundo de maior incidência sobre as mulheres. No biênio 2012/2013, 52,5 mulheres foram diagnosticadas com câncer de mama para cada 100.000 mulheres. No entanto,

ainda é grande a desigualdade quanto à informação e ao acesso aos meios de prevenção do câncer de mama entre as mulheres.

Nesse sentido, a campanha internacional Outubro Rosa é um dos instrumentos que estimulam a prevenção e o combate ao câncer de mama. Mas, para além disso, a campanha também é fomentadora dos princípios de amor-próprio e de empoderamento feminino, uma vez que estimula a busca pelo autoconhecimento e a atenção à saúde da mulher pela mulher.

**Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p.*

Por Maysa Gonzaga Ferreira e Maria Terezinha Nunes, ambas integrantes do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Rita Polli Rebelo

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Ramíla Moura

Textos e edição: Rita Rebelo, Ramíla Moura e Lunde Braghini.

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal – Anexo II – Primeiro Andar

Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília-DF

Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 612211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria